

A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares?

La inserción de los inmigrantes en el mercado de trabajo formal: ¿Qué nos dicen las encuestas de hogares?

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira¹
Wagner Faria de Oliveira²

RESUMO

Nos últimos anos, os estudos voltados a apreender a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho formal têm evoluído bastante, sobretudo aqueles que recorreram aos registros administrativos. Contudo, a produção acadêmica sobre o segmento informal dessa força de trabalho tem sido escassa. Como esses dados estão disponíveis apenas em pesquisas domiciliares, o presente artigo apresenta uma análise descritiva sobre a presença da mão de obra imigrante no mercado laboral informal, recorrendo a dois levantamentos: Censo Demográfico de 2010 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2015. Foram investigadas variáveis que possibilitaram traçar o perfil sociodemográfico desses(as) trabalhadores(as), bem como características importantes relacionadas ao mundo do trabalho, tais como posição na ocupação, grupos ocupacionais, ramo de atividade, rendimento médio do trabalho e número de horas semanais trabalhadas. Ademais, foram realizadas comparações entre os resultados das duas pesquisas, buscando identificar como evoluiu a participação dos imigrantes no mercado de trabalho informal.

Palavras-chave: Migração internacional. Trabalho informal. Pesquisas domiciliares. Brasil.

1 Doutor em Demografia, Coordenador Estatístico do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Email: tadeu.obmigra@gmail.com.

2 Doutorando em Economia pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPGE). Email: wagner.econ@gmail.com.

RESUMEN

En los últimos años, los estudios direccionados a la aprehensión de la inserción de inmigrantes en el mercado de trabajo formal han ido incrementado, sobre todo aquellos que recurrieron a los registros administrativos. Todavía, la producción académica sobre el segmento informal de esa fuerza de trabajo es muy escasa. Como esos datos están disponibles solamente en las encuestas de hogares, el presente artículo presenta un análisis descriptivo sobre la presencia de la mano de obra inmigrante en mercado informal recurriendo a dos pesquisas: el Censo Demográfico de 2010 y la Encuesta Nacional por Muestreo de Hogares de 2015. Fueron investigadas variables que posibilitaron trazar el perfil sociodemográfico de esos(as) trabajadores(as) y de las características importantes relacionadas al mundo del trabajo, entre ellas la posición en la ocupación, grupos ocupacionales, ramas de actividad, sueldo medio del trabajo y los números de horas semanales trabajadas. Además, fue hecha una comparación entre los resultados de las dos encuestas, buscando identificar cómo ha evolucionado la participación de los inmigrantes en el mercado de trabajo informal.

Palabras clave: Migración internacional. Trabajo informal. Encuestas de hogares. Brasil.

INTRODUÇÃO

A produção acadêmica no Brasil tem avançado muito nos últimos anos na produção de conhecimento sobre a inserção dos trabalhadores imigrantes no mercado laboral formal, a partir da utilização de registros administrativos como os da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Esses registros possibilitam identificar a pressão dessa força de trabalho sobre o mercado formal, sua movimentação e o estoque de trabalhadores imigrantes ao final de cada ano.

Contudo, exceto por uma aproximação realizada por Matos e Lobo (2010), não se sabe sobre a produção do que se passa com esses trabalhadores no mercado informal. Nesse sentido, o propósito deste estudo, de caráter exploratório, é justamente avançar na análise descritiva dos dados mais recentes disponíveis, que têm como fonte as pesquisas domiciliares, buscando traçar o perfil dessa força de trabalho. Em linhas gerais, o conceito de informal adotado nas análises refere-se aos trabalhadores que não contribuíam para a previdência social em quaisquer dos trabalhos que possuíam.

Esse perfil será elaborado a partir de características sociodemográficas e laborais dos trabalhadores e trabalhadoras que tiveram alguma ocupação na semana de referência, tais como país de nascimento, sexo, grupos de idade, nível de instrução, distribuição espacial, participação na força de trabalho, condição de ocupação, número de trabalhos, posição na ocupação, grupo ocupacional, ramo de atividade, rendimento mensal e horas semanais trabalhadas no trabalho principal, além do rendimento domiciliar médio mensal per capita. Para tanto, as fontes de dados utilizadas na investigação são o Censo Demográfico de 2010 e a Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, que contêm informações relevantes sobre imigração internacional e mercado de trabalho.

O Censo Demográfico 2010 foi realizado em um momento no qual os principais fluxos de entrada eram compostos por brasileiros que retornavam do exterior, em grande medida devido à crise econômica que atingiu os principais centros financeiros globais. Além disso, esse momento foi precedido por fatos importantes que impulsionaram as migrações Sul-Sul em direção ao Brasil, onde se destacam o Acordo de Residência do Mercosul e Países Associados, além da grave crise econômica, política e social observada na República do Haiti, agravada por um terremoto devastador ocorrido em 2010. Por outro lado, a PNAD tem o potencial de captar algumas dessas transformações ocorridas até 2015. Por essas razões, é da maior relevância analisar possíveis mudanças ocasionadas pela presença desses coletivos no mercado de trabalho informal, seja do ponto de vista de sua distribuição geográfica, níveis de escolaridade, inserção ocupacional e rendimentos auferidos.

Cabe ressaltar que embora a PNAD não disponibilize, por problemas de representatividade estatística, o país de nascimento dos imigrantes, é uma valiosa fonte de informações dado que possibilita desenvolver análises para o agregado da força de trabalho imigrante, algo que não é possível em outros anos em que a pesquisa foi realizada.

Além da introdução e das considerações finais, o texto estará estruturado em três seções. Na primeira, serão analisados os dados do Censo Demográfico de 2010; na segunda, os dados da PNAD 2015; e na terceira, buscar-se-á avaliar se ocorreram mudanças significativas entre esses dois momentos analisados, no sentido da inserção laboral, no que tange à posição na ocupação, aos grupos ocupacionais e aos ramos de atividade.

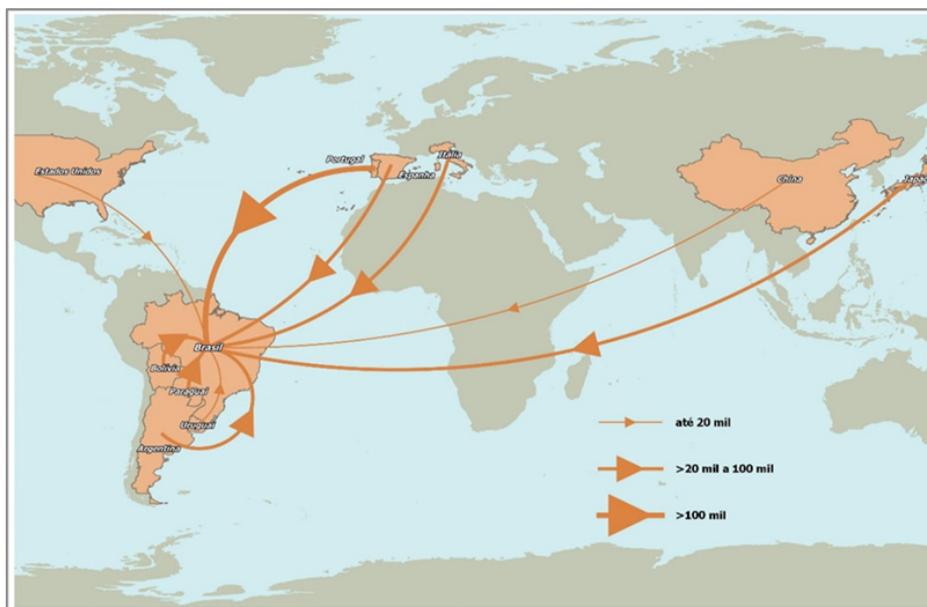
O CENSO DEMOGRÁFICO 2010

O Censo 2010 enumerou 431.318 imigrantes não nacionais³ residentes no Brasil, sendo 53,6% homens, 46,4% mulheres, com 56,8% dessas pessoas em idade ativa, ou seja, uma considerável oferta potencial de força de trabalho. Na Figura 1, é possível observar que entre os dez principais países de nascimento, cinco tinham origem no hemisfério norte e representavam quase 50% de toda a imigração (Portugal, Japão, Itália, Espanha e Estados Unidos). Os outros cinco países eram Bolívia, Argentina, Paraguai, Uruguai e China.

Contextualizando a participação dos países na imigração que se destinou ao país, cabe apontar que o Censo Demográfico foi realizado em um momento onde pode se destacar, entre outros, os seguintes aspectos: i) crise econômica em países como Estados Unidos, Japão, Itália, Espanha e Reino Unido, que estavam entre os principais destinos da emigração brasileira, resultando em fluxos migratórios de retorno de brasileiros e nacionais daqueles países (IBGE, 2013); ii) os movimentos sociais de defesa dos migrantes pressionavam por mudanças na lei de migração, até aquela quadra histórica baseada na segurança nacional, o que levava o governo federal a implementar regulamentações que contornavam as restrições legais, como edições de anistias e resoluções normativas, de modo a acolher, sobretudo, a imigração oriunda de países do hemisfério Sul (PATARRA, 2012; SPRANDEL, 2012).

3 Não inclui os naturalizados, enumerados em uma categoria própria.

Figura 1. Imigrantes segundo principais países de nascimento – Brasil, 2010.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Nesse sentido, os estoques de migrantes observados no Censo 2010 refletiam não apenas os movimentos populacionais históricos, que trouxeram europeus e japoneses, como também a atração de mão de obra por demanda dos empregadores, via autorizações de trabalho concedidas pela Coordenação Geral de Imigração⁴. Há um predomínio de imigrantes do Norte, onde se inseriram os estadunidenses, além de imigrantes sul americanos, que tiveram sua regularização consagrada pelo Acordo de Residência do Mercosul e Países Associados, assinado pelo Brasil em 2009, bem como amparos baseados na reunião familiar, dos quais muitos chineses se beneficiaram.

Do ponto de vista da População Economicamente Ativa (PEA)⁵, a estimativa a partir do Censo é de 199,2 mil imigrantes, sendo 192,7 mil ocupados, resultando em uma taxa de desocupação de apenas 3,4%, ou seja, a força de trabalho imigrante experimentava, naquela oportunidade, uma situação de “pleno emprego”. Quanto à inserção desses imigrantes no mercado de trabalho, os dados do Censo sinalizaram que 107,5 mil eram força de trabalho formalizada e 85,2 mil (44,2%) se encontravam na informalidade⁶. As características apontadas acima reforçam a predominância da mão de obra formalizada, que ficou ligeiramente abaixo da proporção de brasileiros natos no trabalho formal

4 Com a edição e regulamentação da nova Lei de Migração, em 2017, passou a se denominar Coordenação Geral de Imigração Laboral.

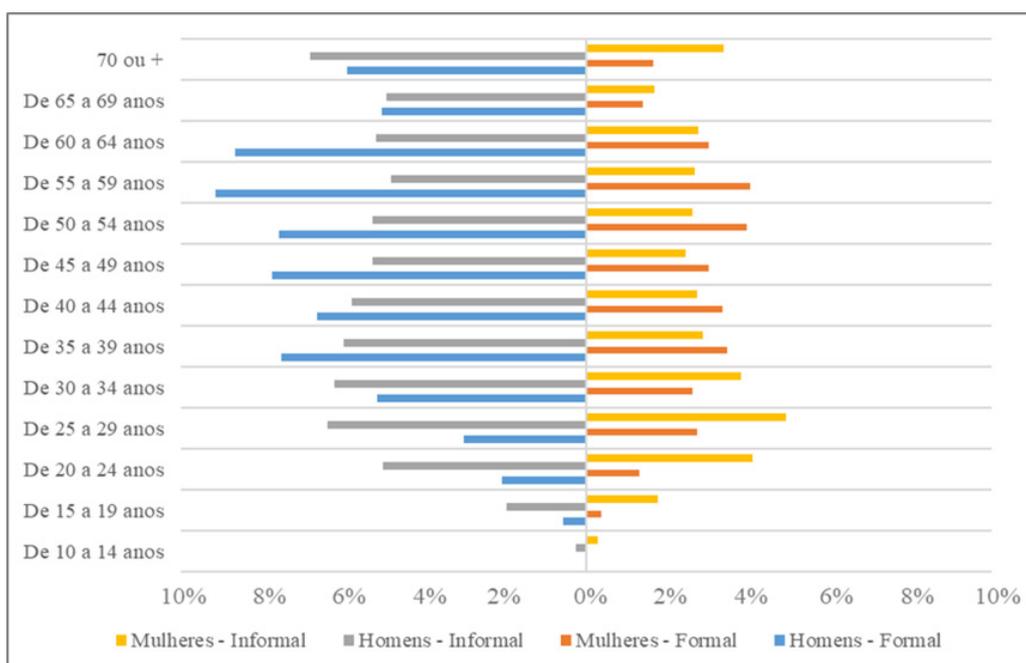
5 Atualmente o IBGE utiliza a expressão “População na Força de Trabalho” (PFT), mas mantemos a expressão utilizada nas pesquisas referenciadas (Censo Demográfico e PNAD 2015).

6 Algumas ocupações foram excluídas da análise desse segmento, por não configurarem um caso de emprego informal, mas sim de possível vínculo com instituição do exterior.

(57,7%). O momento econômico favorável, ilustrado pela taxa de crescimento do PIB de 2010, que foi de 7,5%, o quadro de restrições à entrada de imigrantes que ainda vigia e a seletividade implícita na atração de trabalhadores por demanda contribuíam para maior formalização laboral.

Quando analisada a estrutura etária desses dois segmentos, observa-se que os informais estão mais presentes, tanto em valores absolutos quanto relativos, nos grupos etários nos extremos da pirâmide (10 a 34 anos e 70 anos e mais)⁷, comportamento notado entre homens e mulheres. O extremo inferior reúne faixas de idade em que a escolarização ainda não está completa, que pode estar combinada à maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, essa última afetando também o extremo superior das idades. Esses aspectos poderiam explicar, em parte, a forma como se distribuem por faixas etárias os trabalhadores formais e informais (Figura 2).

Figura 2. Pirâmide etária dos trabalhadores e trabalhadoras formais e informais – Brasil, 2010.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

⁷ Cabe destacar que apesar de parcela importante dos idosos com 70 anos ou mais estivessem em postos de trabalhos informais, 70% deles possuíam aposentadoria ou pensão.

Em relação à origem dessa mão de obra, a Tabela 1 apresenta os dados dos principais países, desagregados de acordo com a formalização no mercado de trabalho. O primeiro aspecto que chama atenção é o que aponta para convergência na origem da força de trabalho imigrante. Observa-se que nove países, entre os principais, estão presentes entre os formalizados e os informais, sugerindo, como dizia Sassen (2013), que a seletividade migratória implementada por alguns países também emitia sinais positivos para vinda de migrantes não incluídos na lista de ocupações a serem selecionadas, indicando condições favoráveis à imigração “indesejada”. Essa percepção é reforçada quando se verifica a participação dos países do Norte Global entre a mão de obra formalizada, sendo que quatro países (Portugal, Itália, Espanha e Japão) reuniam 40,9% desse segmento. Do lado dos informais, Portugal, Japão e Itália responderam por 23,7% desses(as) trabalhadores(as).

Tabela 1. Trabalhadores(as) imigrantes, por condição de formalização no mercado de trabalho e sexo, segundo principais, Brasil – 2010.

Formal				Informal			
Principais países	Homens	Mulheres	Total	Principais países	Homens	Mulheres	Total
Portugal	16.046	7.323	23.369	Bolívia	8.382	6.368	14.750
Argentina	3.333	2.031	5.364	Portugal	8.339	4.069	12.408
Itália	6.150	2.482	8.632	Paraguai	4.481	3.538	8.019
Uruguai	2.166	1.553	3.719	China	3.669	2.516	6.185
Chile	3.396	2.321	5.717	Argentina	3.516	1.739	5.255
Espanha	5.013	1.197	6.210	Peru	2.958	1.583	4.541
Bolívia	3.432	1.531	4.963	Uruguai	2.781	1.798	4.579
Japão	3.858	1.857	5.715	Japão	2.688	1.598	4.286
Paraguai	2.230	1.426	3.656	Itália	2.572	922	3.494
China	3.972	1.411	5.383	Chile	2.216	686	2.902
Outros países	24.703	10.039	34.742	Outros países	12.959	5.849	18.808
Total	74.299	33.171	107.470	Total	54.561	30.666	85.227

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Embora não seja objeto deste estudo comparar os dados do Censo Demográfico com registros administrativos, como os da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), não se pode evitar a menção de que, naqueles registros, as dez principais nacionalidades são as mesmas observadas para os(as) trabalhadores(as) imigrantes enumeradas pelo levantamento do IBGE. A diferença está apenas na ordem em que aparecem os países, ressaltando que na RAIS estão informados apenas os empregados com vínculo empregatício, não incorporando, portanto, empregadores e trabalhadores por conta própria, como os que foram recenseados (Oliveira, 2016).

Quanto à posição na ocupação no trabalho principal, observa-se que entre os formais a moda⁸ está entre os trabalhadores com carteira de trabalho assinada (50,3%), seguidos dos trabalhadores conta própria (25,2%) e empregadores (14,0%). Entre os informais, chama atenção o segmento que se insere como empreendedor, no caso, os trabalhadores por conta própria (59,3%) e, em menor medida, os empregadores (5,8%). Os trabalhadores e trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada respondiam por 29,3% da força de trabalho inserida informalmente (Tabela 2).

Mais uma vez, chama atenção a convergência entre os dados do levantamento censitário de 2010 e os registrados na RAIS para a força de trabalho imigrante com vínculo empregatício. A RAIS registrou estoque de aproximadamente 55,0 mil trabalhadores imigrantes em 31/12/2010 (OLIVEIRA, 2016). Os dados da Tabela 2 assinalam que os empregados com carteira de trabalho assinada, em 01/08/2010, data de referência do Censo Demográfico, eram 54,1 mil trabalhadores e trabalhadoras imigrantes.

Tabela 2⁹. Trabalhadores(as) imigrantes, por condição de formalização no mercado de trabalho, segundo posição na ocupação, Brasil – 2010.

Posição na ocupação	Formais	Informais
Empregado com carteira de trabalho assinada	54.067	-
Militar e funcionário público estatutário	4.494	-
Empregados sem carteira de trabalho assinada	6.672	24.142
Conta própria	27.042	50.537
Empregador	15.007	4.946
Não-remunerado	190	3.602
Trabalhador na produção para o próprio consumo	-	2.000
Total	107.472	85.227

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Analisando especificamente as características dos trabalhadores e trabalhadoras imigrantes no mercado de trabalho informal, foco deste artigo, observa-se que essa força de trabalho estava concentrada na região Sudeste (64,2%) e, em menor medida, na região Sul (17,2%), corroborando a forte correlação entre os espaços mais desenvolvidos economicamente e a atração do trabalho imigrante. Menos de 20% desses indivíduos estava distribuído pelas demais regiões (Tabela 3).

8 A moda é um indicador de tendência central, neste caso, localizando a faixa de rendimentos de maior frequência.

9 Cabe destacar que na Tabela 2 os empregados sem carteira assinada considerados formais são aqueles cujos vínculos empregatícios são no exterior.

Tabela 3. Distribuição espacial dos imigrantes trabalhadores informais, por sexo, segundo Brasil e Grandes Regiões – 2010.

Brasil e Grandes Regiões	Homens	Mulheres	Total
Brasil	54,561	30,666	85,227
Região Norte	3,175	1,591	4,766
Região Nordeste	3,941	1,218	5,159
Região Sudeste	34,256	20,487	54,743
Região Sul	9,691	4,992	14,683
Região Centro-Oeste	3,498	2,378	5,876

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

As trabalhadoras e trabalhadores imigrantes informais possuíam bom nível de instrução. Mais de 50% delas e deles havia cursado no mínimo o nível médio completo (Tabela 4), sinalizando que, apesar de se encontrarem na informalidade, o potencial daquela força de trabalho era grande e estava, em alguma medida, subutilizado. Entre esses trabalhadores, aproximadamente 4,0% possuía mais de um trabalho na semana de referência. Esse baixo percentual é um resultado esperado, sobretudo por se tratar do segmento com maior dificuldade de inserção no mercado laboral.

Tabela 4. Trabalhadores(as) imigrantes informais, por sexo, segundo nível de instrução, Brasil – 2010.

Nível de instrução	Homens	Mulheres	Total
Sem instrução e fundamental incompleto	14.896	9.694	24.590
Fundamental completo e médio incompleto	9.813	5.929	15.742
Médio completo e superior incompleto	18.501	9.467	27.968
Superior completo	11.088	5.413	16.501
Não determinado	263	163	426
Total	54.561	30.666	85.227

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A mão de obra imigrante no trabalho informal estava concentrada nos grupos ocupacionais do comércio e serviços, seguidos por operadores de máquinas e profissionais das ciências e intelectuais, que agregam 52,2% desses trabalhadores. Observando de forma mais desagregada, as principais ocupações foram as de operadores de máquinas de costura, comerciantes de lojas, trabalhadores domésticos, balconistas e pedreiros. Na Tabela 5, é possível observar que esses grupos são preferenciais tanto para os homens quanto para

as mulheres imigrantes. Esses trabalhadores e trabalhadoras, como esperado, se inseriram, em grande medida, nos grupos ocupacionais do comércio (27,7%) e indústria de transformação (21,1%).

Tabela 5. Trabalhadores(as) imigrantes informais, por sexo, segundo grupos ocupacionais, Brasil – 2010.

Grupos de ocupação	Homens	Mulheres	Total
Diretores e gerentes	2.678	845	3.523
Profissionais das ciências e intelectuais	7.857	4.158	12.015
Técnicos e profissionais de nível médio	4.094	1.314	5.408
Trabalhadores de apoio administrativo	667	724	1.391
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	11.652	7.368	19.020
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da Pesca	2.981	1.215	4.196
Trabalhadores qualificados, operários, artesãos, etc.	6.467	1.602	8.069
Operadores de instalações e máquinas e montadores	7.670	5.763	13.433
Ocupações elementares	4.733	3.757	8.490
Ocupações mal definidas	5.762	3.920	9.682
Total	54.561	30.666	85.227

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

O rendimento médio mensal do trabalho auferido pelas mulheres imigrantes correspondia a 56,6% daquele recebido pelos homens, apesar da participação bastante semelhante na distribuição dos grupos de ocupação e setores de atividades. A Tabela 6, que apresenta as faixas de rendimento do trabalho em salários mínimos, permite entender o resultado das médias salariais. A moda na distribuição masculina está localizada na faixa de rendimentos de 1 até 2 salários mínimos, enquanto para as mulheres esse indicador está localizado na faixa onde se encontram os rendimentos inferiores a 1 salário.

Tabela 6. Trabalhadores(as) imigrantes informais, por sexo, segundo faixas de rendimento mensal no trabalho principal (salário mínimo¹⁰), Brasil – 2010.

Faixas de rendimento	Homens	Mulheres	Total
Até 1 sm	11.843	10.321	22.164
Mais de 1 até 2 sm	15.502	8.837	24.339
Mais de 2 até 3 sm	6.329	2.474	8.803
Mais de 3 até 5 sm	7.577	2.556	10.133
Mais de 5 sm	10.378	2.885	13.263
Sem rendimento	2.932	3.593	6.525
Total	54.561	30.666	85.227

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Para auferirem esses rendimentos, a mão de obra imigrante enfrentou jornadas semanais de, em média, 41,5 e 36,4 horas, respectivamente, para homens e mulheres. Ou seja, é provável que parte da diferença salarial entre os sexos tem a ver com diferenças nas jornadas médias de trabalho. Quando a variável é analisada a partir da sua agregação em faixas de horas semanais trabalhadas, observa-se que mediana¹¹ e moda ocorrem na mesma faixa de horas (40 a 44 horas), seja para homens, seja para mulheres. No entanto, cabe destacar que parcela importante da força de trabalho imigrante experimentava jornadas semanais excessivas, superiores àquelas estabelecidas em lei e fixadas em 44 horas, característica observada para 39,1% dos trabalhadores e 30,1% das trabalhadoras (Tabela 7). Vale destacar que esses percentuais são maiores do que o observado para a população como um todo, que é de 28,1%.

10 Na data de referência do Censo Demográfico de 2010, em 01/08/2010, o valor do salário mínimo era de R\$510,00 (quinhentos e dez reais).

11 A mediana também é um indicador de tendência central, que divide a distribuição da variável analisada em duas partes iguais.

Tabela 7. Trabalhadores(as) imigrantes informais, por sexo, segundo faixas de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, Brasil – 2010.

Faixas de horas semanais trabalhadas	Homens	Mulheres	Total
Até 14 horas	5.513	5.023	10.536
De 15 a 29 horas	4.226	4.388	8.614
De 30 a 39 horas	3.763	2.147	5.910
De 40 a 44 horas	19.699	9.869	29.568
De 45 a 48 horas	6.815	2.857	9.672
49 ou mais horas	14.545	6.382	20.927
Total	54.561	30.666	85.227

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

A análise descritiva empreendida apontou que a força de trabalho imigrante no mercado informal possuía duas características importantes: bom nível de instrução e certa capacidade de empreender. Por outro lado, o rendimento e a jornada de trabalho apontavam para uma maior exploração dessa mão de obra, bem como inconsistência de status na inserção laboral. As Tabelas 8 e 9, apresentadas a seguir, realizaram o cruzamento das variáveis nível de instrução e posição na ocupação com a de faixas de rendimento no trabalho principal.

Tabela 8. Trabalhadores(as) imigrantes informais, por faixas de rendimento mensal no trabalho principal, segundo nível de instrução, Brasil – 2010.

Nível de instrução	Faixas de rendimento mensal no trabalho principal (em salário mínimo)						Total
	Até 1 sm	1 a 2 sm	2 a 3 sm	3 a 5 sm	Mais de 5 sm	S/ rendimento	
Sem instrução e fundamental incompleto	9.067	7.063	2.315	1.752	1.913	2.481	24.591
Fundamental completo e médio incompleto	4.781	5.300	1.314	1.685	1.349	1.315	15.744
Médio completo e superior incompleto	6.605	9.039	3.288	3.441	4.051	1.542	27.966
Superior completo	1.566	2.829	1.823	3.175	5.932	1.177	16.502
Não determinado	145	108	63	80	18	10	424
Total	22.164	24.339	8.803	10.133	13.263	6.525	85.227

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Tabela 9. Trabalhadores(as) imigrantes informais, por faixas de rendimento mensal no trabalho principal, segundo posição na ocupação, Brasil – 2010.

Posição na ocupação	Faixas de rendimento mensal no trabalho principal (em salário mínimo)						Total
	Até 1 sm	1 a 2 sm	2 a 3 sm	3 a 5 sm	Mais de 5 sm	S/ rendimento	
Empregados s/ carteira de trabalho assinada	9.081	8.489	2.177	1.645	1.827	925	24.144
Conta própria	12.798	15.391	6.210	7.597	8.541	-	50.537
Empregador	285	459	416	891	2.895	-	4.946
Não-remunerado	-	-	-	-	-	-	3.600
Trabalhador próprio consumo	-	-	-	-	-	-	2.000
Total	22.164	24.339	8.803	10.133	13.263	6.525	85.227

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na Tabela 8 verifica-se que apesar da aparente coerência entre aqueles com menos instrução estarem mais presentes nas faixas salariais mais baixas e os mais instruídos nos estratos superiores de rendimentos, chama atenção que a mão de obra com no mínimo nível médio completo representasse 52,7% da força de trabalho imigrante, sendo que 45,1% deles(as) recebessem até 2 salários mínimos. Na Tabela 9, constata-se que 55,8% dos trabalhadores(as) por conta própria ganhavam no máximo 2 salários mínimos, sendo que aproximadamente 25% deles menos de 1 salário, caso típico de pequenos empreendedores, o que seria esperado dada a condição de informalidade. No caso dos empregadores, 58,5% deles recebiam mais de 5 salários mínimos¹². Entre os empregados sem carteira assinada 37,6% auferiram rendimentos inferiores a 1 salário mínimo. A faixa até 2 salários abarcava 72,8% dos(as) imigrantes na condição de empregados(as).

Por fim, quando analisado o rendimento médio domiciliar per capita das unidades onde viviam os(as) trabalhadores(as) imigrantes informais, constata-se que 32,4% residia em domicílios com rendimento per capita inferior ao salário mínimo, ou seja, cerca de 1/3 dessa força de trabalho habitava domicílios mais vulneráveis do ponto de vista econômico. No extremo oposto, com renda média superior a 5 salários mínimos per capita, se encontrava 15,1% dos imigrantes no mercado laboral informal, algo nada desprezível, se comparado aos nacionais, que é de apenas 4,7% (Tabela 10).

Tabela 10. Trabalhadores(as) imigrantes informais, por sexo, segundo faixas de rendimento médio domiciliar per capita (salário mínimo), Brasil – 2010.

Faixas de rendimento médio domiciliar per capita	Homens	Mulheres	Total
Até 1/4 salário mínimo	1.596	967	2.563
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	4.149	2.153	6.302
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	11.145	7.646	18.791
Mais de 1 a 2 salários mínimos	14.662	7.577	22.239
Mais de 2 a 3 salários mínimos	7.201	3.587	10.788
Mais de 3 a 5 salários mínimos	6.601	3.863	10.464
Mais de 5 salários mínimos	8.378	4.450	12.828
Sem rendimento	400	205	605
Não aplicável	429	218	647
Total	54.561	30.666	85.227

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010.

¹² A análise desagregada para a categoria empregadores por rendimento do trabalho ficou prejudicada tendo em vista a baixa representatividade estatística das faixas inferiores a 5 salários mínimos.

A análise descritiva a respeito da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal a partir do Censo Demográfico de 2010 traz como principais achados o bom nível de escolaridade desse segmento, indicando que essa mão de obra poderia ser mais bem aproveitada. Além disso, os salários em patamares mais baixos e jornadas laborais mais extensas, para uma parte importante desses trabalhadores, sugere algum grau de superexploração dessa força de trabalho.

A PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2015

O uso da PNAD de 2015 permite averiguar a situação da população imigrante no país no meio de uma década em que os fluxos migratórios de entrada se intensificaram consideravelmente. A pesquisa registra um total de 772.392 residentes no Brasil nascidos em outro país¹³, dos quais, de forma similar ao que foi apurado no Censo, a maior parte é masculina – 55,1%. Em relação ao Censo, trata-se de um acréscimo populacional considerável da ordem de 30%. Tendo em vista que o crescimento demográfico brasileiro acumulado ao longo desses anos foi de menos de 5%, os novos fluxos migratórios da década contribuíram para elevar o estoque da população imigrante no Brasil.

Desses quase 800 mil imigrantes na PNAD 2015, 717.765 possuíam 10 anos ou mais, sendo que 390.973 estavam na PEA, o que representa uma taxa de participação dessa população de 54,5%, ligeiramente menor do que a taxa de participação geral da PNAD 2015, que era de 59,4%. Desse total, 369.414 estavam ocupados, de modo que a taxa de desocupação era de 5,5%. A título de comparação, a taxa de desocupação brasileira na PNAD de 2015 era de 9,6%, já como reflexo da recessão que o país começou a enfrentar naquele ano. A menor desocupação entre imigrantes pode estar relacionada aos vínculos por demanda do empregador.

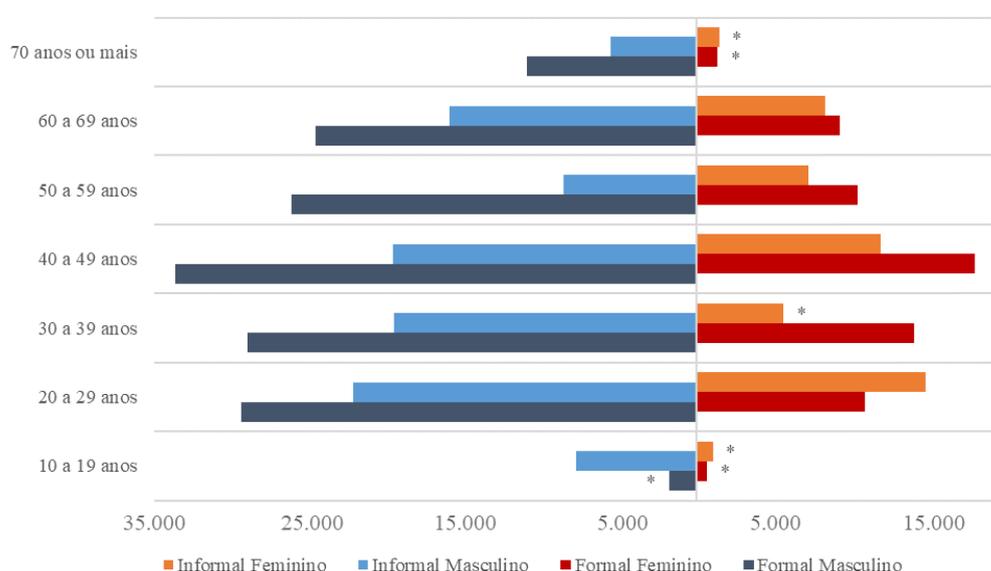
No total, 149.489 imigrantes foram definidos como pertencentes ao mercado de trabalho informal, o que representa 40,5% da população ocupada. A título de comparação, o percentual de trabalhadores informais observando o todo da população brasileira em 2015, era de 37,9%, semelhante, portanto, ao observado entre os imigrantes.

A Figura 3 apresenta a distribuição da população migrante ocupada em 2015, tanto no mercado formal quanto informal de trabalho, de acordo com sexo e faixa etária. Como se pode observar, a maior parte da população ocupada imigrante é masculina – 68,9%. No entanto, em relação ao grau de informalidade, observa-

13 Esse universo contempla tanto os imigrantes quanto os naturalizados. Na PNAD não é possível separá-los, como no Censo.

se que ele é maior entre as mulheres (43,8%) do que entre os homens (39,0%). Em termos de distribuição etária, observa-se uma concentração na faixa de 40 a 49 anos entre os homens no mercado formal, mas uma concentração maior em faixas mais jovens no caso do mercado informal. A distribuição dos homens possui um pouco mais de massa entre idades mais jovens no caso dos vínculos informais em comparação com os formais. No caso das mulheres, observa-se maior frequência de vínculos informais na faixa de 20 a 29 anos e um predomínio dos vínculos formais em idades mais avançadas. Chama atenção no gráfico a quantidade de imigrantes, sobretudo homens, com vínculos de trabalho após os 70 anos, mesmo entre os formalizados.

Figura 3. Pirâmide etária dos trabalhadores e trabalhadoras formais e informais – Brasil, 2015.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, PNAD 2015.

* Categorias com valores não estatisticamente significativos a 5%.

No que tange à posição na ocupação, observa-se um retrato semelhante ao que foi identificado no Censo: a maior parte dos imigrantes na informalidade são trabalhadores por conta própria (47,4%), seguidos pelos empregados sem carteira assinada (38,9%), como mostra a Tabela 11. Os empregadores respondem por 5,2% dentre os informais, mas vale destacar que a maioria dos empregadores imigrantes são formalizados. Em menor proporção, observa-se imigrantes no mercado de trabalho informal em posições não remuneradas ou exercendo trabalho doméstico sem carteira de trabalho, categorias em que, diga-se de passagem, há mais informais do que formais.

Tabela 11. Trabalhadores(as) imigrantes, por condição de formalização no mercado de trabalho, segundo posição na ocupação, Brasil – 2015.

Posição na ocupação	Formais	Informais
Empregado com carteira de trabalho assinada	111.751	-
Conta própria	35.307	70.888
Empregados sem carteira de trabalho assinada	17.777	58.189
Empregador	33.193	7.847
Militar e funcionário público estatutário	15.371	-
Não remunerado	3.369	5.942
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	-	4.770
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	3.157	-
Trabalhador na construção para o próprio uso*	-	1.148
Trabalhador na produção para o próprio consumo*	-	705
Total	219.925	149.489

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, PNAD 2015.

* Categorias com valores não estatisticamente significativos a 5%.

Entre os formais, naturalmente, os empregados com carteira assinada são maioria (50,8%), seguidos pelos trabalhadores por conta própria (16,1%) e empregadores (15,1%). Vale destacar a similaridade entre o número agregado para empregados com carteira, estatutários e militares (127.122), que é muito próximo ao volume de trabalhadores formais apurado através da RAIS no mesmo ano, que é de 127.879, segundo Simões et al. (2019). Ressalta-se que a data de referência da RAIS é no final do ano (31/12/2015), enquanto na PNAD é 26/09/2015.

Em relação à distribuição espacial dos trabalhadores e trabalhadores imigrantes informais, observa-se, tal como no Censo, uma concentração nas regiões de maior relevância econômica do país: o Sudeste (60,7%) e o Sul (20,8%), como mostra a Tabela 12. As configurações espaciais derivadas dos novos fluxos criaram ligeiras diferenças em relação ao apurado pelo Censo, com destaque para uma maior presença de imigrantes na região Sul.

A tabela mostra ainda que 31,2% dos migrantes formais estão nessa região, percentual significativamente maior do que o verificado entre os informais. Em relação às diferenças por sexo, observa-se uma ainda maior concentração das trabalhadoras informais no Sudeste (69,1% contra 56,4% dos homens), mas não entre as trabalhadoras formais, que também apresentam maior percentual no Sul (33,3% contra 30,3% dos homens).

Tabela 12. Trabalhadores(as) imigrantes, por sexo e condição de formalização no mercado de trabalho, segundo distribuição geográfica, Brasil – 2015.

Brasil e Grandes Regiões	Informais			Formais		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Brasil	99.119	50.370	149.489	155.284	64.641	219.925
Região Sudeste	55.923	34.788	90.711	87.059	30.970	118.029
Região Sul	24.767	6.379	31.146	47.125	21.517	68.642
Região Centro-Oeste	8.698	5.627	14.325	11.350	5.823	17.173
Região Norte	5.410	1.766*	7.176	4.226	2.710	6.936
Região Nordeste	4.321	1.810	6.131	5.524	3.621	9.145

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, PNAD 2015.

* Categorias com valores não estatisticamente significativos a 5%.

A Tabela 13 traz informações sobre o grau de escolaridade dos trabalhadores imigrantes por sexo, tanto formais quanto informais. Em geral, o nível de instrução entre os trabalhadores formais é maior, dado que 74,8% possuem pelo menos o ensino médio completo, enquanto entre os informais esse percentual é de 58,1%. Mesmo entre os informais, é possível afirmar que o nível de instrução dos imigrantes é maior, em média, do que o observado na população como um todo, tendo em vista que apenas 29,5% da população brasileira dentro dos critérios de informalidade adotados neste trabalho possuem pelo menos o ensino médio completo. Chama atenção que 1 em cada 4 trabalhadores imigrantes informais possuem pelo menos o ensino superior completo, proporção que é de 1 para 20 considerando toda a população brasileira na informalidade.

Tabela 13. Proporção de trabalhadores(as) imigrantes, por sexo e condição de formalização no mercado de trabalho, segundo nível de instrução, Brasil – 2015.

Brasil e Grandes Regiões	Informais			Formais		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Sem instrução / Fundamental incompleto	24,9	24,2	24,7	10,1	6,9*	9,2
Fundamental completo / Médio incompleto	16,8	18,0*	17,2	18,5	9,9	16,0
Médio completo / Superior incompleto	32,5	36,3	33,8	29,3	41,4	32,9
Superior completo ou mais	25,8	21,6	24,4	42,0	41,8	42,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, PNAD 2015.

* Categorias com valores não estatisticamente significativos a 5%.

Quando observamos os dados com recorte por sexo, observamos uma escolaridade média maior entre as trabalhadoras migrantes comparadas com os homens no mercado formal de trabalho, algo que não se visualiza claramente no mercado informal. Ainda assim, destaca-se um percentual maior de trabalhadoras com ensino médio completo ou superior incompleto quando comparadas aos trabalhadores, tanto entre formais quanto informais.

Em relação aos grupamentos ocupacionais¹⁴, os trabalhadores informais atuam principalmente na produção industrial, como vendedores no comércio, como profissionais das ciências e artes e como trabalhadores no setor de serviços, conforme mostra a Tabela 14. Proporcionalmente, os trabalhadores formais ocupam mais posições como profissionais de ensino e dirigentes em geral.

Tabela 14. Trabalhadores(as) imigrantes, por condição de formalização no mercado de trabalho, segundo grupos ocupacionais, Brasil – 2015.

Grupos de ocupação	Informais	Formais	Total
Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais e de Reparação e Manutenção	49.995	49.058	99.053
Profissionais das Ciências e das Artes	19.116	60.604	79.720
Dirigentes em Geral	8.578	37.757	46.335
Vendedores e Prestadores de Serviços do Comércio	26.323	15.546	41.869
Trabalhadores dos Serviços	17.561	23.566	41.127
Técnicos de Nível Médio	10.137	16.511	26.648
Trabalhadores Agrícolas	10.890	5.832	16.722
Trabalhadores de Serviços Administrativos	6.889*	9.478	16.367
Membros das Forças Armadas e Auxiliares	-	1.573*	1.573*
Total Geral	149.489	219.925	369.414

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, PNAD 2015.

* Categorias com valores não estatisticamente significativos a 5%.

As ocupações mais comuns entre os trabalhadores imigrantes informais são operadores de máquina de costura de roupas e vendedores e demonstradores em lojas ou mercados. Já entre os formais, além dos vendedores, as mais comuns são gerentes de produção e operações, médicos e dirigentes de empresas com mais de cinco empregados. É de se destacar também a presença de trabalhadores agrícolas e ajudantes de obras entre os informais, ocupações que aparecem com menos frequência entre os formais.

De forma complementar, a Tabela 15 traz o número de imigrantes ocupados nos mercados formal e informal de acordo com os grupos de atividade econômica. Como se pode observar, a maior parte dos imigrantes informais estão na indústria de transformação e nos setores de comércio e reparação. Em menor grau, eles também estão presentes na construção e no setor agrícola. Ressalta-se que, na atividade agrícola, é mais comum ter imigrantes atuando na informalidade do que no setor formal.

14 Neste caso, assim como em várias das análises que se seguem, não foi feito o recorte por sexo devido ao baixo grau de significância estatística das estimativas.

Tabela 15. Trabalhadores(as) imigrantes, por condição de formalização no mercado de trabalho, segundo grupos de atividade econômica, Brasil – 2015.

Grupamentos de atividade econômica	Informais	Formais	Total
Comércio e reparação	37.707	43.092	80.799
Indústria de transformação	39.234	38.769	78.003
Educação, saúde e serviços sociais	8.757	33.693	42.450
Construção	14.164	18.118	32.282
Alojamento e alimentação	8.140	19.511	27.651
Agrícola	13.370	6.708	20.078
Outros*	28.117	60.034	88.151
Total	149.489	219.925	369.414

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, PNAD 2015.

* A categoria “outros” agrega à categoria “outras atividades” já presente na PNAD com os grupos com valores não estatisticamente significativos a 5%, a saber: transporte, armazenagem e comunicação, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, administração pública, serviços domésticos, atividades mal definidas e outras atividades industriais.

As diferenças observadas nas ocupações e nos setores de atividades dos imigrantes entre os que estão no mercado informal e os que estão no mercado formal espelham também diferenças na distribuição de rendimentos do trabalho entre esses dois grupos. A Tabela 16 traz faixas de rendimento mensal com base no salário mínimo dos trabalhadores imigrantes, revelando que os rendimentos dos informais são, em média, menores do que dos formais, tendo em vista a distribuição que tem maior massa à esquerda no caso dos informais comparando-se aos formais.

Ainda que a moda para os dois grupos seja a mesma (faixa de 1 a 2 salários mínimos), possivelmente pela concentração em torno de um salário mínimo, observa-se que 25,8% dos trabalhadores imigrantes formais estão na faixa de até um salário mínimo, enquanto apenas 6,9% dos formais estão nessa faixa. Por outro lado, 32,2% dos informais recebiam mais que dois salários mínimos, percentual que é de 56% para os formais.

Tabela 16. Trabalhadores(as) imigrantes, por condição de formalização, segundo faixas de rendimento mensal no trabalho principal (salário mínimo¹⁵), Brasil – 2015.

Faixas de rendimento	Informais	Formais	Total
Sem rendimento	8.237	3.622*	11.859
Até 1 salário mínimo	38.603	15.143	53.746
Entre 1 e 2 salários mínimos	42.360	69.058	111.418
Entre 2 e 3 salários mínimos	16.105	28.827	44.932
Entre 3 e 5 salários mínimos	12.355	24.698	37.053
Entre 5 e 10 salários mínimos	9.927	27.326	37.253
Mais que 10 salários mínimos	9.750	42.403	52.153
Sem declaração	12.152	8.848*	21.000
Total	149.489	219.925	369.414

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, PNAD 2015.

* Categorias com valores não estatisticamente significativos a 5%.

Parte das diferenças salariais poderia ser explicada por diferenças sistemáticas na jornada de trabalho, por exemplo. Por essa razão, computamos as faixas de horas semanais trabalhadas para trabalhadores imigrantes nos mercados de trabalho formal e informal na Tabela 17. O que se pode observar é que, de fato, as jornadas de trabalho entre os informais são, em média, ligeiramente menores do que entre os formais, com maior percentual (29,9%) trabalhando menos de 40 horas entre os informais comparando-se aos formais (16,7%). Em média, o trabalhador imigrante formalizado trabalhou 43,1 horas, enquanto o informal trabalhou 40 horas.

15 Na data de referência da PNAD 2015, em 26/09/2015, o valor do salário mínimo era de R\$788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).

Tabela 17. Trabalhadores(as) imigrantes, por condição de formalização, segundo faixas de horas semanais trabalhadas no trabalho principal, Brasil – 2015.

Faixas de horas semanais trabalhadas	Informais	Formais	Total
Até 14 horas	12.922*	5.379	18.301
De 15 a 39 horas	31.725	33.201	64.926
De 40 a 44 horas	56.482	105.614	162.096
De 45 a 48 horas	17.066	31.615	48.681
49 horas ou mais	31.294	44.116	75.410
Total	149.489	219.925	369.414

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, PNAD 2015.

* Categorias com valores não estatisticamente significativos a 5%.

Chama atenção o fato de que um percentual elevado dos trabalhadores imigrantes possui jornadas de trabalho acima de 44 horas, tendo em vista que é baixo o percentual deles que possuem mais de um trabalho (3%). Entre os formais, essa proporção é de 34,4% e, entre os informais, é de 32,4%. Apesar de grande parte desses trabalhadores ser por conta própria ou empregadores, há também uma grande parcela de empregados nessa situação, inclusive com carteira assinada. Do total da população imigrante ocupada, 15,2% eram empregados (com ou sem carteira) trabalhando mais de 44 horas semanais, proporção que é de 12,1% para o total da população brasileira.

Ainda assim, as jornadas de trabalho não explicam integralmente as diferenças salariais entre o mercado formal e o informal de trabalho entre os imigrantes. Para observar isso com mais precisão, computamos as médias de rendimento mensal do trabalho por hora trabalhada¹⁶ para cada subgrupo de interesse. O rendimento-hora médio do trabalhador imigrante é de R\$ 33,49 no mercado formal e R\$ 22,59 no informal, uma diferença de 48,2%. No entanto, vale destacar que essa mesma diferença ao observar a população brasileira como um todo é de 138,5%.

Essa análise também permite examinar as diferenças salariais brutas¹⁷ por sexo. O rendimento-hora médio do trabalhador imigrante masculino é de R\$ 37,81 no mercado formal e R\$ 24,08 no informal, enquanto, para as mulheres, os valores são, respectivamente, R\$ 23,27 e R\$ 19,77. Isso significa que a diferença salarial entre os sexos para os imigrantes é maior no mercado formal (62,5% em

16 Dividimos o rendimento mensal do trabalho principal pelo número de horas semanais trabalhadas vezes 4 (supondo 4 semanas em um mês). Essa análise deixa de fora os imigrantes sem declaração de renda do trabalho, que são 21.000 conforme a Tabela 16.

17 Ressalta-se que aqui não foi feito nenhum ajuste por variáveis como idade, experiência de trabalho e educação, por isso o emprego da denominação “diferença salarial bruta”.

média) do que no informal (21,8%). Comparando com a população brasileira, a diferença salarial no mercado informal (28,3%) é maior do que no formal (17,0%). Esse resultado pode ser reflexo de algum viés de sexo entre imigrantes com altos salários que migram por demanda de empregador brasileiro, o que eleva a média salarial entre os formais.

Outro fator relevante que pode explicar diferenças salariais entre os grupos é o nível de instrução que, como visto anteriormente, apresenta diferenças consideráveis entre os grupos formal e informal (Tabela 13). Diferentemente do que foi feito para o Censo, não é possível empreender análises cruzando horas trabalhadas com nível de instrução ou posição na ocupação, tendo em vista que os valores nessas subcategorias não são estatisticamente significativos.

Contudo, podemos observar o rendimento-hora médio em alguns níveis de instrução que nos permitem fazer inferências estatisticamente significativas. De fato, há uma correlação positiva entre rendimentos por hora trabalhada e nível de instrução entre os imigrantes, tanto no mercado formal quanto no informal. Por exemplo, o rendimento médio por hora de um imigrante que não tem ensino médio completo, mas tem o fundamental completo¹⁸, é de R\$ 8,47, enquanto para o que tem o médio completo ou superior incompleto é de R\$ 22,43. Para quem tem o ensino superior completo, esse valor é de R\$ 51,96. Essas tendências são semelhantes para formais e informais, com valores ligeiramente menores para os informais nas categorias que permitem inferências com significância estatística.

Exercício semelhante pode ser feito para a análise das posições na ocupação. Neste caso, muitas categorias não permitem uma análise mais detalhada devido, novamente, ao problema da baixa significância estatística. No entanto, há um fato que chama atenção: entre os empregadores, o rendimento médio por hora é de R\$ 89,42 entre os imigrantes informais, mas é de R\$ 40,83 entre os formais. Curiosamente, este é um fenômeno específico da população imigrante: os mesmos valores para a população como um todo são, respectivamente, R\$ 31,21 e R\$ 38,33, ou seja, os formais possuem maior rendimento médio. Isso explica por que o hiato entre os rendimentos de formais e informais entre os imigrantes é menor do que para a população como um todo.

Por fim, o exame da renda domiciliar per capita complementa a análise da renda do trabalho, reiterando as diferenças na distribuição de renda entre os imigrantes no mercado formal e os que estão no mercado informal de trabalho no Brasil, como mostra a Tabela 18. Chama atenção que pouco mais de um terço dos imigrantes informais possuem renda menor que um salário mínimo per capita, enquanto 18,5% dos formais encontram-se nessa situação. Por outro lado, 24,4% dos formais tem renda maior que 5 salários mínimos, enquanto 10,7% dos informais estão nessa categoria.

18 Não consideramos a categoria “sem instrução ou fundamental incompleto” tendo em vista que os valores não são significativos a 5%.

Tabela 18. Trabalhadores(as) imigrantes, por condição de formalização, segundo faixas de rendimento médio domiciliar per capita (salário mínimo), Brasil – 2015.

Faixas de rendimento domiciliar per capita	Informais	(%)	Formais	(%)	Total	(%)
Até 1/2 salário mínimo (incluindo sem rendimento)	18.644	12,5	8.805	4,0	27.449	7,4
Entre 1/2 e 1 salários mínimos	31.446	21,0	31.777	14,4	63.223	17,1
Entre 1 e 2 salários mínimos	42.496	28,4	48.942	22,3	91.438	24,8
Entre 2 e 3 salários mínimos	17.890	12,0	34.995	15,9	52.885	14,3
Entre 3 e 5 salários mínimos	8.034	5,4	28.471	12,9	36.505	9,9
Mais que 5 salários mínimos	16.044	10,7	53.555	24,4	69.599	18,8
Sem declaração	14.935	10,0	13.380*	6,1*	28.315	7,7
Total	149.489	100,0	219.925	100,0	369.414	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, PNAD 2015.

* Categorias com valores não estatisticamente significativos a 5%.

Apesar dessas diferenças, os formatos das distribuições dos informais e formais possuem semelhanças, sinalizando alguma correlação entre o que ocorre nos dois mercados. Além disso, na comparação com a população brasileira, esse formato se aproxima mais ao observado entre os trabalhadores formais, com um pico marcado entre 1 e 2 salários mínimos, diferentemente da distribuição dos informais na população, que é mais concentrada nas duas primeiras faixas (menos de 1 salário mínimo).

Como conclusão geral dessa seção, observamos que o perfil do imigrante no mercado de trabalho informal brasileiro em 2015, apesar de algumas semelhanças com o (mais frequentemente estudado) perfil do imigrante no mercado formal, possui particularidades que precisam ser compreendidas para formulação de políticas públicas voltadas para o público migrante. A seção seguinte complementa os esforços de mapeamento do perfil com uma comparação temporal, buscando entender as principais transformações ocorridas entre 2010 e 2015.

A EVOLUÇÃO TEMPORAL DO FENÔMENO

Nesta parte do artigo será apresentada a análise comparativa entre os dois levantamentos que foram objeto deste estudo. Quando da realização do Censo Demográfico de 2010, havia passado apenas um ano da assinatura pelo Brasil do Acordo de Residência do Mercosul e Países Associados, sendo subdimensionada, portanto, a captação da migração oriunda nos países vizinhos. Além disso, os fluxos migratórios de haitianos começavam a chegar ao país ainda de forma incipiente e a corrente imigratória venezuelana ainda não se fazia notar.

Diante desses aspectos, a comparação com a PNAD 2015, no sentido de captar minimamente como evoluiu a inserção dos (as) imigrantes no mercado de

trabalho informal ao longo da primeira metade da década de 2010 se colocou como desafio acadêmico relevante. Nesse sentido, e apesar das limitações já apontadas em relação à PNAD 2015, buscou-se comparar o comportamento da força de trabalho informal nos dois momentos¹⁹.

Um primeiro aspecto que se sobressai está relacionado à distribuição espacial desse segmento da força de trabalho imigrante. Os dados da PNAD 2015, em consonância com os registros administrativos, apontam, em relação ao Censo, para um ligeira desconcentração na região Sudeste em favor de uma maior participação do Sul e, em menor grau, das demais regiões (Oliveira et al, 2015), como pode ser verificado na Tabela 19. Reforçando o achado do levantamento censitário, os informais seguem a mesma rota dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes formalizados no mercado laboral, como assinalava Dutra (2015).

Tabela 19. Proporção de trabalhadores(as) imigrantes informais, por tipo de levantamento e sexo, segundo Grandes Regiões, Brasil – 2010 e 2015 (em %).

Grandes Regiões	CD2010			PNAD2015		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Brasil	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Região Sudeste	60.3	62.8	61.2	56.7	67.6	60.2
Região Sul	18.3	18.3	18.3	23.8	12.7	20.3
Demais Regiões	21.4	19.0	20.5	19.5	19.7	19.5

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010 e PNAD 2015.

Do ponto de vista do nível de instrução, a força de trabalho informal melhorou seu perfil educacional, sendo possível observar a redução na participação dos trabalhadores sem instrução até o nível médio completo e o aumento entre aqueles com, no mínimo, o ensino médio completo. Essa constatação indica o potencial de mão de obra com maior qualificação disponível e potencialmente subutilizada (Tabela 20).

19 Para evitar possíveis vieses introduzidos pelas distintas estruturas etárias e minimizar a comparação entre categorias com baixa representatividade estatística, alguns procedimentos metodológicos foram adotados. Em particular, ressalta-se que, nesta seção, a população de interesse é a que possui pelo menos 25 anos de idade no momento da pesquisa, incluindo os naturalizados no caso do Censo.

Tabela 20. Proporção de trabalhadores imigrantes informais, por tipo de levantamento, segundo nível de instrução, Brasil – 2010 e 2015.

Nível de instrução	CD2010	PNAD2015
Sem instrução e fundamental incompleto	29,5	22,1
Fundamental completo e médio incompleto	16,7	15,5
Médio completo e superior incompleto	31,4	32,9
Superior completo	22,4	29,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010 e PNAD 2015.

Os dados do Censo Demográfico 2010 sinalizavam um amplo predomínio de imigrantes informais inseridos na categoria conta própria. Os resultados apresentados pela PNAD 2015, apesar de registrarem essa categoria como a moda da distribuição, sinalizam que a participação de empregados sem carteira assinada e demais posições na ocupação ganham relevância, com o trabalho subordinado assumindo protagonismo em comparação ao empreendedorismo de sobrevivência (Tabela 21).

Tabela 21. Proporção de trabalhadores imigrantes informais, por tipo de levantamento, segundo posição na ocupação, Brasil – 2010 e 2015.

Posição na ocupação	CD2010	PNAD2015
Empregados sem carteira de trabalho assinada	26,0	33,0
Conta própria	60,9	50,8
Demais posições na ocupação	13,1	16,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010 e PNAD 2015.

Por consequência, esses trabalhadores e essas trabalhadoras passaram a se inserir, em grande medida, em ocupações tais como nos serviços e vendedores, e na indústria, diminuindo a participação de profissionais das ciências e intelectuais e demais grupos ocupacionais (Tabela 22).

Tabela 22. Proporção de trabalhadores imigrantes informais, por tipo de levantamento, segundo grupo de ocupação, Brasil – 2010 e 2015.

Grupos de ocupação	CD2010	PNAD2015
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	21,7	29,3
Trabalhadores na indústria	22,0	30,6
Profissionais das ciências e intelectuais	15,7	14,9
Demais grupos ocupacionais	40,57203722	25,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010 e PNAD 2015.

Não de outro modo, os setores de atividade ligados ao comércio e à indústria foram aqueles que mais concentraram a força de trabalho no mercado informal, em 2015, aumentando ligeiramente a participação desses segmentos econômicos (Tabela 23).

Tabela 23. Proporção de trabalhadores imigrantes informais, por tipo de levantamento, segundo setor de atividade, Brasil – 2010 e 2015.

Setor de atividade	CD2010	PNAD2015
Total	100.0	100.0
Comércio e reparação	27.7	26.7
Indústria de transformação	16.5	22.2
Demais setores de atividade	55.77461259	51.09134

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010 e PNAD 2015.

A Tabela 24 a seguir, que apresenta a comparação entre os rendimentos médios obtidos no trabalho principal, deflacionados a valores de 2015, permite observar que, na média, houve ligeiro ganho salarial entre os dois períodos, sendo esse resultado decorrente, principalmente da força de trabalho feminina, que cresceu 55% no período, enquanto que entre os homens houve uma perda substancial. Ao longo do período estudado, os novos fluxos migratórios trouxeram uma população predominantemente masculina, como mostra a mesma tabela, em que se observa o aumento proporcionalmente maior de homens na população ocupada no mercado informal em relação às mulheres imigrantes. Muitas dessas ocupações são de baixa qualificação baixos salários, o que provavelmente explica a diminuição da remuneração média. Além disso, não se pode descartar os possíveis efeitos da crise econômica que teve início em 2015, que ampliou o desemprego no país e pode ter pressionado trabalhadores para ocupações com salários mais baixos. Mesmo assim, vale destacar que a melhora da remuneração média feminina veio acompanhada de uma maior presença na população ocupada, o que sinaliza uma melhora na integração no mercado de trabalho para as mulheres imigrantes no mercado informal.

Tabela 24. Trabalhadores(as) imigrantes informais, por tipo de levantamento, população ocupada e rendimento médio (R\$) a preços de 2015 no trabalho principal e variação (%), segundo sexo, Brasil – 2010 e 2015.

Sexo	CD 2010	PNAD2015	Variação (%)
<i>População ocupada - trabalho informal</i>			
Total	73,797	123,289	67.1
Homens	48,347	83,687	73.1
Mulheres	25,450	39,602	55.6
<i>Rendimento médio (R\$ 2015), trabalho principal (informal)</i>			
Total	2,664.41	2,720.74	2.1
Homens	3,142.19	2,721.45	-13.4
Mulheres	1,748.22	2,719.32	55.5

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010 e PNAD 2015.

A análise comparativa entre as jornadas de trabalho semanal dos informais indica que não houve modificações relevantes na média de horas trabalhadas (0,7%), mas o comportamento dessa variável é distinto ao observarmos cada sexo. Dentre os homens, houve um aumento de 3,6% na média de horas da jornada. No sentido inverso, entre as trabalhadoras, observou-se uma queda na ordem de -6,6%.

A associação dessa informação aos resultados verificados em relação ao rendimento médio sugere ter havido uma maior exploração da força de trabalho masculina, seja por efeito de composição (maior frequência de vínculos com maior carga horária e menor salário), seja por mudanças no mercado de trabalho que afetaram negativamente os migrantes. Quanto ao resultado verificado entre as mulheres, os dados da PNAD não possibilitaram uma maior desagregação das ocupações, mas é possível especular que, associada à maior escolaridade, elas podem ter passado a ocupar postos anteriormente não ocupados, ocasionando alteração nas médias gerais.

Tabela 25. Trabalhadores(as) imigrantes informais, por tipo de levantamento, média de horas semanais trabalhadas e variação (%), segundo sexo, Brasil – 2010 e 2015.

Sexo	CD 2010	PNAD2015	Variação (%)
Homens	41,27	42,76	3,6
Mulheres	35,31	32,98	-6,6
Total	39,23	39,53	0,7

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico de 2010 e PNAD 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo exploratório foi analisar a inserção de imigrantes no mercado de trabalho informal brasileiro, setor que carece de estatísticas mais detalhadas e recentes. A partir da análise do Censo demográfico 2010 e da PNAD 2015, o estudo revelou alguns achados relevantes, sendo o primeiro deles o de reforçar o potencial das pesquisas domiciliares como fontes de dados importantes para a investigação da inserção da mão de obra imigrante no mercado de trabalho, sobretudo o informal, cobrindo assim uma lacuna até então observada.

Embora não fosse o foco do artigo, tanto os dados do Censo Demográfico 2010, quanto os da PNAD 2015 revelaram uma aderência muito grande àqueles observados nos registros administrativos, no que tange à presença dos trabalhadores imigrantes no mercado formal, indicando que as fontes podem servir mutuamente como parâmetros balizadores umas das outras. Nesse sentido, torna-se imperioso que o bloco sobre migrações seja implementado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, que desde sua implantação deixou de abordar a dimensão migratória em seus instrumentos de coleta.

A ligeira desconcentração espacial dos trabalhadores imigrantes na informalidade, verificada entre 2010 e 2015, reforça as evidências empíricas observadas com a chegada dos novos fluxos migratórios, sobretudo de haitianos e africanos, que passaram a se dirigir, em boa medida, para as regiões Sul e Centro-Oeste. Nesse ponto, a limitação da PNAD em identificar a nacionalidade do imigrante impossibilita a apreensão mais ampla do fenômeno.

Outro achado relevante sinalizou que a inserção laboral subordinada dos imigrantes no mercado informal ocorre nos principais grupos de ocupação e setores de atividades dos trabalhadores migrantes formalizados. Por outro lado, as opções pelo trabalho por conta própria ou pelo empreendimento de baixo retorno financeiro, observadas nos dois levantamentos, sinalizam a dificuldade desse segmento em acessar o mercado de trabalho formal. Ainda, vale destacar a presença de jornadas de trabalho excessivas, em uma proporção superior ao observado na população como um todo, sinal de que há algum grau de superexploração da força de trabalho imigrante.

O perfil sociodemográfico desses trabalhadores, sobretudo no que toca à estrutura etária e o nível de escolaridade, indica que a força de trabalho imigrante está sendo, em alguma medida, subutilizada. Essa constatação reforça a necessidade de políticas públicas que busquem o melhor aproveitamento desse segmento, dado que boa parte da mão de obra qualificada que se pretende atrair, muito provavelmente, já se encontra em território brasileiro. Mecanismos legais, como o do reconhecimento da formação acadêmica obtida no exterior, estão previstos na legislação migratória vigente, basta, portanto, que sejam implementados.

O presente estudo se mostrou promissor em abrir a possibilidade de se ampliar a investigação sobre a inserção da força de trabalho imigrante no país, incorporando análises comparativas entre os segmentos formal e informal, bem como entre as pesquisas domiciliares e os registros administrativos.

REFERÊNCIAS

DUTRA, Delia (2015) Os imigrantes no mercado de trabalho formal: perfil geral na série 2010-2014, a partir dos dados da RAIS. Em: Cavalcanti, Leonardo, Oliveira, Tadeu, Tonhati, Tania, Dutra, Delia, A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. *Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE (2013) *Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: Série Relatórios Metodológicos, v.40.

_____. (2015) *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2015*. Banco Multidimensional de Estatísticas - BME. Obtido de: <https://www.bme.ibge.gov.br/index.jsp>. Acesso em 18/07/2020.

_____. (2010) *Censo*

Demográfico, 2010. Banco Multidimensional de Estatísticas - BME. Obtido de: <https://www.bme.ibge.gov.br/index.jsp>. Acesso em 18/07/2020.

MATTOS, Ralfo. LOBO, Carlos (2010) A formalidade e a informalidade dos trabalhadores Latinoamericanos no Brasil: uma comparação entre os dados da RAIS e as bases do censo demográfico de 2000. Em: *IV Congresso da Associação Latinoamericana de População*. Havana, Cuba, de 16 a 19 de novembro.

OLIVEIRA, Tadeu (2016) A inserção dos estrangeiros no mercado de trabalho formal: o que nos diz a RAIS? Em: Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Tadeu.; Araújo, Dina. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. *Relatório Anual 2016*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

OLIVEIRA, Tadeu, Pereira, Felipe, Quintino, Felipe (2015) O Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE) e a migração regular no país. Em Cavalcanti, Leonardo; Oliveira, Tadeu; Tonhati, Tania, Dutra, Delia. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. *Relatório Anual 2015*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

PATARRA, Neide Lopez (2021) O Brasil: país de imigração? *Revista e-metropolis*, ano 3, n. 9, p. 6-18, jun.

SASSEN, Saskia (2013) *Inmigrantes y ciudadanos: De las migraciones masivas a la Europa fortaleza*. Traducción Jesús Alborés Rey. Siglo XXI de España Editores. Madrid.

SIMÕES, André, Hallak Neto, João, Cavalcanti, Leonardo, Oliveira, Tadeu, Macedo, Marília (2019) *Relatório RAIS A Inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.

SPRANDEL, Maia (2012) Políticas migratórias no Brasil do século XXI. Em: *Seminário Internacional Deslocamentos, Desigualdades e Direitos Humanos*. São Paulo, 6 e 7 de julho.